

Projeto de extensão: curso de formação de defensoras populares para as trabalhadoras rurais camponesas^{1*}

CASTRAVECHI, Luciene Aparecida¹; BEZERRA, Mileny Alves²; SOUZA, Maria Raimunda Cesar de³

¹ Professora bolsista do Instituto Federal do Pará, Campus Rural de Marabá,

² Professora bolsista do Instituto Federal do Pará, Campus Rural de Marabá

³ Bolsista e pesquisadora do Núcleo de Agroecologia do Instituto Federal do Pará, Campus Rural de Marabá

luciene.castravechi@ifpa.edu.br, mileny.alves@ifpa.edu.br, mraimundacesar@gmail.com

ÁREA TEMÁTICA: Ciências Humanas

EIXO TEMÁTICO: ODS 5 – Igualdade de Gênero; ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

RESUMO: O projeto de extensão Formação de defensoras populares para as trabalhadoras rurais camponesas, foi celebrado em dezembro de 2024 entre o IFPA e o Ministério de Acesso à Justiça e Segurança Pública (SAJU/MJSP). O curso está sob competência da Pró-Reitoria de Extensão do IFPA, mas o Campus Rural de Marabá é o responsável pela execução do curso de 150h. O projeto de impacto nacional, Formação de Defensoras Populares das Camponesas, é uma iniciativa com o objetivo de fomentar o acesso à justiça nos territórios dos Assentamentos e Acampamentos de Reforma Agrária a partir da educação em direitos humanos com perspectiva interseccional. Este projeto tem como primeira justificativa o lastro histórico- jurídico das formações populares em direitos humanos, trata-se de um instrumento de natureza educativa, consolidado no campo jurídico brasileiro por inúmeros projetos que articulam direitos humanos, cidadania e educação popular para formação crítica de grupos em situação de vulnerabilidade e violência. Nesse sentido, conforme o Decreto 11.348, de 1º de janeiro de 2023, VII, compete à Secretaria de Acesso à justiça: “promover ações relacionadas ao Sistema de Justiça que contribuam para a redução da violência contra as mulheres, a população LGBTQIA+, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e para o aprimoramento do Sistema de Justiça. E no artigo Art. 41. Para o êxito do projeto, o acesso à justiça em perspectiva dos sujeitos históricos que lutam pela democratização da terra deve ser fomentado o mais próximo possível das comunidades para que os valores, práticas e saberes das mulheres camponesas e sujeitos LGBTI+ do campo se incorporem na prática administrativa do Sistema de Justiça. O empenho dos recursos pela Secretaria de Acesso à Justiça para esta iniciativa pioneira, em nível nacional, concretiza mais um ciclo importante das políticas públicas federais, com a adoção de práticas antipatriarcais, antirracistas e interseccionais que ampliam a participação desses sujeitos sociais de luta e de direitos constituídos. O curso tem como objetivo promover um processo de formação para mulheres que ajude a fomentar o acesso à justiça nos territórios dos Assentamentos e Acampamentos de Reforma Agrária a partir da educação em direitos humanos com perspectiva interseccional e com base nos princípios da Educação do Campo. Como aporte metodológico, o Campus Rural de Marabá colaborará na

¹ *Trabalho financiado por meio de TED do Ministério da Justiça e Segurança Pública – Secretaria de Acesso à Justiça.



formação e qualificação das camponesas por meio de aulas síncronas no *Google Meet*. Essas atividades contarão com a participação dos movimentos sociais, do sistema de justiça, do meio acadêmico e das organizações sociais, consistindo na difusão técnica-científica do projeto. O curso teve início em abril de 2025 e será finalizado em março de 2026, com um Seminário Nacional na Escola Florestan Fernandes em Guararema/SP das Defensoras Populares das áreas de reforma agrária e divulgação das experiências por meio da partilha de saberes das 70 alunas formadas pelo projeto de extensão.

Palavras-Chave: Direitos Humanos; Gênero; Conflitos Agrários.